



Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2024

PNAD

contínua

 ISBN 978-85-240-4663-6
 © IBGE, 2025

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, investigou o módulo temático sobre Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC no quarto trimestre de 2024. A investigação abrangeu o acesso à Internet e à televisão, bem como a existência de telefone, entre outros equipamentos

como microcomputador, *tablet* e rádio, nos domicílios particulares permanentes; e o acesso à Internet e a posse de telefone móvel celular para uso pessoal entre as pessoas de 10 anos ou mais de idade.

Cabe destacar que tanto o questionário de domicílios quanto o de pessoas passaram por reformulação em 2022, com o objetivo de aprofundar e melhorar a investigação do

uso e acesso a essas tecnologias, tais como serviço pago de *streaming* de vídeo; existência de dispositivo inteligente; acesso gratuito à Internet em locais públicos; acréscimo de finalidades de acesso à Internet; inclusão do 5G em banda larga móvel etc. Desta forma, a série histórica para alguns indicadores foi interrompida, enquanto outras séries foram iniciadas a partir de 2022.

Televisão

Domicílios sem recepção de sinal de televisão aberta ou fechada (1)



	2023	2024
Total	5,2%	6,7%
Urbana	5,1%	6,6%
Rural	5,9%	7,6%

(1) Domicílios que não tinham recepção de sinal de televisão aberta analógico ou digital, nem por antena parabólica grande ou mini parabólica, e sem acesso a serviço de televisão por assinatura.

Acesso a serviço pago de *streaming* de vídeo (2)

2024



Havia acesso a serviço pago de *streaming* de vídeo **43,4%**



Não havia acesso a serviço pago de *streaming* de vídeo **56,6%**

(2) Domicílios em que havia utilização da Internet.

Internet

Utilização (3)



Situação do domicílio

	2023	2024
Total	88,0%	89,1%
Urbana	89,6%	90,2%
Rural	76,6%	81,0%

Rede de ensino e curso frequentado 2024

	Rede pública	Rede privada
Total	90,0%	97,0%
Ensino fundamental	85,4%	94,2%
Ensino médio	95,9%	96,7%
Superior, especialização, mestrado ou doutorado	98,4%	98,0%

(3) Por pessoas de 10 anos ou mais de idade.

Domicílios com dispositivo inteligente 2024



Total	Situação do domicílio
18,1%	Urbana 19,1%
	Rural 8,8%

Finalidade do acesso à Internet 2024

Conversar por chamadas de voz ou vídeo	95,0%
Enviar ou receber mensagens de texto, voz ou imagens (4)	90,2%
Assistir a vídeos, inclusive programas, séries e filmes	88,5%
Usar redes sociais	84,2%
Ouvir músicas, rádio ou podcast	83,5%
Acessar banco(s) ou outras instituições financeiras	71,2%
Ler jornais, notícias, livros ou revistas pela Internet	68,9%
Enviar ou receber e-mails	60,8%

(4) Por aplicativos diferentes de e-mail.

¹ Por decisão editorial, a publicação é divulgada em duas partes. A primeira corresponde a este informativo, que destaca os principais resultados da pesquisa, e é disponibilizado tanto em meio impresso como em meio digital (formato PDF) no portal do IBGE na Internet. A segunda é constituída pelo documento de Notas técnicas, que traz considerações de natureza metodológica sobre o levantamento e é veiculada apenas em meio digital (formato PDF) no portal do IBGE na Internet, no endereço: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?=&t=notas-tecnicas>.

Domicílios particulares permanentes

Existência de televisão no domicílio

Em 2024, dos 80,1 milhões de domicílios particulares permanentes do País, em 93,9% havia televisão, proporção que ficou em 94,5% na área urbana e 89,0% na rural. As Regiões Sudeste e Sul apresentaram as maiores proporções de domicílios com televisão (95,8% e 95,6%, respectivamente) e a Região Norte, a menor (88,1%).

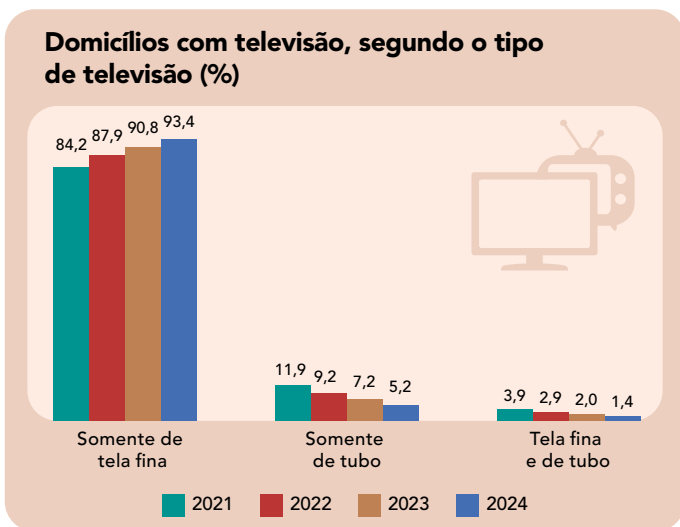
Em relação a 2023, houve aumento do número de domicílios com televisão em todas as Grandes Regiões, contudo, em termos de proporção de domicílios, com exceção da Região Nordeste, que apresentou acréscimo de 0,2 ponto percentual (p.p.), todas as outras registraram variação negativa. As maiores reduções ocorreram nas Região Sudeste e Norte, com queda de 0,7 p.p. em ambas.

O rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* nos domicílios em que havia televisão foi de R\$ 2 107, valor 59,7% superior ao rendimento (R\$ 1 319) dos domicílios que não tinham televisão em 2024. No ano de 2023, essa diferença foi de 71,3%.

Tipo de televisão

No País, de 2023 para 2024, houve aumento no número de domicílios com televisão de tela fina (de 68,5 milhões para 71,3 milhões) e retração no de domicílios com televisão de tubo (de 6,8 milhões para 5,0 milhões). Essa tendência tem se manifestado desde 2016, início da série histórica da pesquisa.

O percentual de domicílios com somente televisão de tela fina subiu de 90,8% para 93,4% entre 2023 e 2024, enquanto o daqueles com somente televisão de tubo caiu de 7,2% para 5,2% e daqueles com ambos os tipos de televisão a redução foi de 2,0% para 1,4%. Esses movimentos ocorreram em todas as Grandes Regiões.



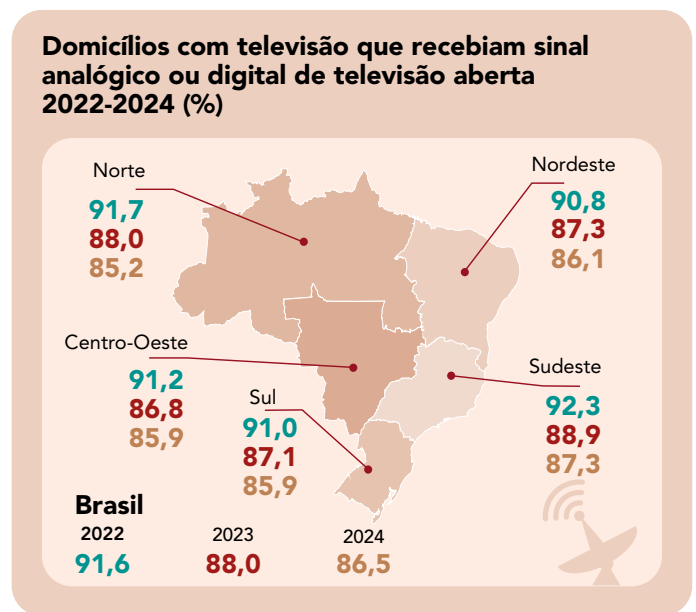
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021-2024.

Em 2024, os percentuais de domicílios que tinham somente televisão de tela fina foram maiores nas Regiões Centro-Oeste e Sul, ao passo que o percentual de domicílios com somente televisão de tubo foi maior na Região Nordeste.

O nível do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* nos domicílios em que havia televisão de tela fina foi mais elevado que o rendimento naqueles que tinham televisão de tubo. Essa diferença foi ainda mais acentuada entre os domicílios que possuíam somente um desses dois tipos de televisão. No País, esse rendimento nos domicílios com televisão de tubo (R\$ 1 133) representou 52,4% do rendimento nos que tinham televisão de tela fina (R\$ 2 162). Nos domicílios onde havia somente televisão de tubo (R\$ 952), o rendimento compreendia apenas 43,9% daqueles nos quais tinham somente televisão de tela fina (R\$ 2 170).

Recepção de sinal de televisão aberta

Em 2024, foram estimados 65,1 milhões de domicílios com recepção de sinal analógico ou digital de televisão aberta por meio de antena convencional², que compreendiam 86,5% dos domicílios com televisão do País, representando uma queda em comparação a 2023 (88,0%). Na área urbana, esse percentual foi maior do que na área rural (87,3% contra 80,5%). A Região Sudeste apresentou o maior percentual (87,3%) dos domicílios com esse tipo de recepção de sinal, enquanto a Região Norte registrou o menor (85,2%). Em todas as Grandes Regiões, esse percentual tem apresentado quedas desde 2022, apesar de ter alguma estabilidade no número de domicílios com antena convencional.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022-2024.

² Acesso por meio de antena convencional, diferente de antenas parabólicas e de televisão por assinatura.

Antena parabólica

Em 2022, os quesitos sobre antena parabólica foram reformulados devido à instituição de política pública de substituição gradual da transmissão de sinal de TV aberta por meio de antenas parabólicas grandes, que podem causar interferência sobre o serviço móvel de quinta geração (5G), por mini parabólicas, que não causam interferência. Dessa forma, o questionário passou a investigar a existência dos dois tipos de antenas parabólicas. É relevante também destacar que, com a migração para as mini parabólicas, o sinal de TV aberta satelital passa a ser digital. Pretende-se encerrar completamente a transmissão de sinal de TV aberta por parabólicas grandes.

Nos domicílios com televisão, em 2024, o percentual dos que tinham antena parabólica (grande ou mini com sinal aberto) foi de 52,2% em área rural, 17,6% em área urbana e 21,3% para o País. A Região Sul (13,7%) apresentou o menor percentual desses domicílios, enquanto as Regiões Nordeste (35,4%) e Norte (29,9%) registraram os maiores.

No Brasil, pela primeira vez na série histórica, foi constatado um número maior de domicílios com recepção de sinal por mini parabólica com sinal aberto (11,1 milhões) em comparação aos que possuíam parabólica grande (5,8 milhões), o que representou 14,7% e 7,7% dos domicílios com televisão, respectivamente. Aproximadamente 229 mil domicílios possuíam acesso a sinal de televisão somente por meio de parabólica grande em 2024, representando uma queda de mais de 500 mil domicílios em comparação a 2023 (passou de 1,0%, em 2023, para 0,3%, em 2024). Essa queda é relevante por tratar de domicílios que dependem exclusivamente do sinal analógico de parabólica que, como dito anteriormente, terá a transmissão encerrada para não causar interferências sobre o serviço móvel 5G.

Domicílios com televisão, por situação do domicílio, segundo a recepção de sinal de televisão por antena parabólica (%)

Recepção de sinal de televisão por antena parabólica	Situação do domicílio		
	Total	Urbana	Rural
Total	100,0	100,0	100,0
Havia recepção de sinal de televisão por antena parabólica	21,3	17,6	52,2
Havia recepção de sinal de televisão por antena parabólica grande	7,7	6,9	14,1
Havia somente recepção de sinal de televisão por antena parabólica grande (em uso)	0,3	0,2	1,0
Havia recepção de sinal aberto de televisão por antena mini parabólica	14,7	11,6	41,0
Havia somente recepção de sinal aberto de televisão por antena mini parabólica	1,5	1,0	5,4
Não havia recepção de sinal de televisão por antena parabólica	78,7	82,4	47,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2024.

O rendimento médio mensal real *per capita* nos domicílios com televisão que tinham antena parabólica (R\$ 1 501), seja a grande ou a mini com sinal aberto, foi 34,0% menor que o rendimento daqueles com televisão sem esse tipo de antena (R\$ 2 275). Para aqueles domicílios com acesso somente por meio da parabólica analógica, o rendimento médio foi de R\$ 1 265.

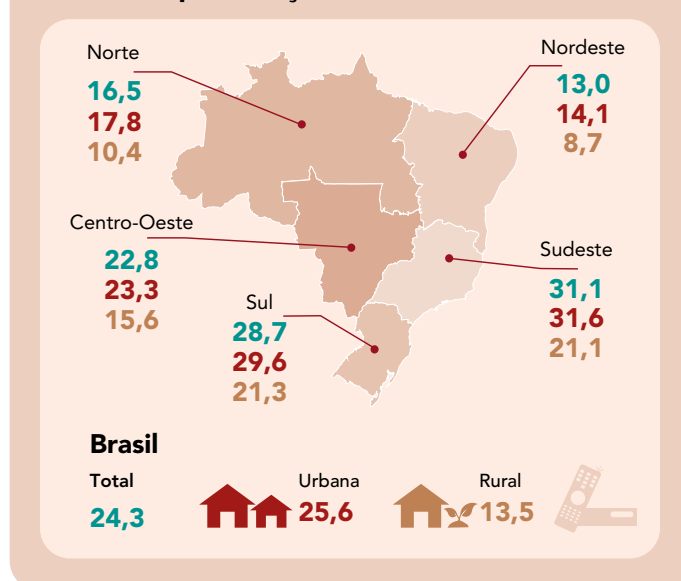
Serviço de televisão por assinatura

O serviço de televisão por assinatura dá acesso a um número variado de canais exclusivos, de acordo com o pacote contratado, além de fornecer conteúdo de televisão aberta. Ao contrário do observado no uso da recepção por antena parabólica, a parcela dos domicílios com acesso a serviço de televisão por assinatura nas residências com televisor em área urbana tem sido maior do que em área rural. De 2016 até 2023, essa diferença apresentou uma redução considerável, entretanto, em 2024, com uma queda mais acentuada de domicílios rurais com serviço de televisão por assinatura, a desigualdade voltou a subir: em 2016, a diferença foi de 25,3 p.p., caindo para 8,8 p.p. até 2023, mas subiu para 12,1 p.p. em 2024.

Assim, em 2024, 18,3 milhões ou 24,3% dos domicílios com televisão no País tinham acesso a serviço de televisão por assinatura, proporção que foi de 25,6% em área urbana e de 13,5% em área rural. Entre 2023 e 2024, o percentual de domicílios com televisão por assinatura apresentou redução de 0,9 p.p. no Brasil, bem como queda de 0,6 p.p. nas áreas urbanas e de 3,9 p.p. nas rurais.

Em 2024, a Região Sudeste continuou detendo o maior percentual de domicílios com acesso a serviço de televisão por assinatura (31,1%) e a Região Nordeste permaneceu com o menor (13,0%). A Região Sul apresentou crescimento de 1,8 p.p., enquanto a Centro-Oeste variou pouco e as demais Regiões registraram queda nesses números.

Domicílios com acesso a serviço de televisão por assinatura, por situação do domicílio (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2024.

O rendimento médio mensal real *per capita* nos domicílios que tinham televisão com acesso a serviço de televisão por assinatura (R\$ 3 415) foi mais que o dobro daqueles com televisão sem esse tipo de serviço (R\$ 1 671).

O confronto do rendimento médio mensal real *per capita* nos domicílios que tinham televisão com acesso a serviço de televisão por assinatura com o rendimento nos que possuíam esse aparelho com recepção por antena parabólica mostrou uma diferença significativa. Em 2024, o rendimento nos domicílios com antena parabólica representou 43,9% daquele nos domicílios com acesso a serviço de televisão por assinatura.

Motivo de não haver serviço de televisão por assinatura

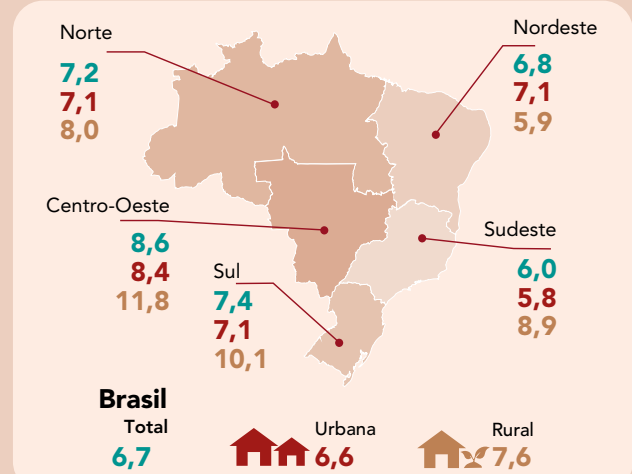
Nos domicílios com televisão sem acesso a serviço de televisão por assinatura, em 2024, 31,0% não o adquiriam por considerá-lo caro e 58,4% por não haver interesse pelo serviço. Em conjunto, esses dois foram os principais motivos mais indicados, abrangendo 89,4% desses domicílios. Aqueles que não tinham o serviço de televisão por assinatura porque os vídeos (inclusive de programas, filmes ou séries) acessados pela Internet substituíam esse serviço representavam 9,1%, enquanto os que não o possuíam por não estar disponível na área em que se localizava o domicílio, somavam somente 0,9%.

Nas Grandes Regiões, os dois motivos mais indicados para não adquirir o serviço de televisão por assinatura foram os mesmos do País. Para os domicílios que não tinham esse serviço por não estar disponível na área em que se localizava o domicílio, o resultado da Região Norte (1,6%), ainda que pequeno, foi destaque em relação às demais, que variaram de 0,6% a 1,2%. No caso dos domicílios com televisão que não possuíam serviço de televisão por assinatura porque os vídeos acessados na Internet o substituíam, os resultados variaram gradualmente de 8,2%, na Região Nordeste, a 10,9%, na Região Sul.

Domicílios sem recepção de sinal aberto e fechado

Por fim, com a queda de indicadores de domicílios com recepção de sinal aberto por meio de antena convencional ou algum tipo de parabólica (digital ou analógica), bem como a redução de acesso a serviço de televisão por assinatura, destaca-se o aumento do número de domicílios sem acesso a todos esses serviços (2,8 milhões em 2022; 3,8 milhões em 2023; e 5,0 milhões em 2024). Esse percentual foi de 5,2%, em 2023, e de 6,7%, em 2024. Os domicílios rurais apresentaram percentuais mais elevados (7,6%) em comparação aos urbanos (6,6%). A Grande Região com maior percentual de domicílios sem acesso a canais de televisão foi a Centro-Oeste (8,6%), principalmente nos domicílios rurais dessa Região (11,8%).

Domicílios sem recepção de sinal de televisão aberta ou fechada, por situação do domicílio (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2024.

Distribuição dos domicílios com televisão sem acesso a serviço de televisão por assinatura, segundo o motivo de não haver acesso (%)

	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Não havia interesse pelo serviço	58,4	58,3	55,6	58,5	60,3	64,4
Serviço era caro	31,0	31,4	34,8	30,8	27,0	24,2
Vídeos (inclusive de programas, filmes ou séries) acessados pela Internet substituíam o serviço	9,1	8,4	8,2	9,0	10,9	10,4
Serviço não estava disponível na área do domicílio	0,9	1,6	0,7	0,9	1,2	0,6
Outro motivo	0,7	0,4	0,6	0,8	0,6	0,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2024.

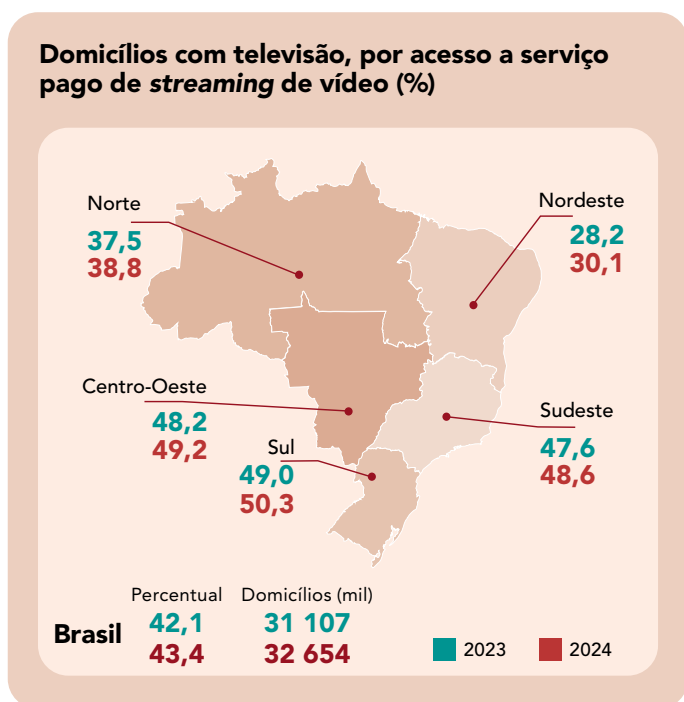
Serviço pago de streaming de vídeo

Em 2024, 32,7 milhões de domicílios possuíam acesso a serviço pago de *streaming* de vídeo, aumento de 1,5 milhão em comparação a 2023. Entre 2022 e 2023, não houve variação relevante desse quantitativo. O percentual de domicílios com televisão e que possuíam acesso a esse tipo de serviço subiu de 42,1% (2023) para 43,4% (2024). As Grandes Regiões com maior percentual foram: Sul (50,3%), Centro-Oeste (49,2%) e Sudeste (48,6%). Por outro lado, as Regiões Norte (38,8%) e Nordeste (30,1%) registraram os menores percentuais. Apesar de ter apresentado número mais baixo, a Região Nordeste se destacou com a maior variação percentual nesse período, acréscimo de 1,9 p.p. ou 490 mil domicílios.

Dentre os domicílios que tinham acesso a serviço pago de *streaming* de vídeo, 91,8% também possuíam acesso a canais de televisão: 86,9% por meio de sinal de televisão aberta e 39,7% por meio de serviço de televisão por assinatura. Por outro lado, 8,2% dos que tinham acesso a *streaming* pago de vídeo não possuíam acesso à televisão aberta ou a serviço de televisão por assinatura,

percentual esse de 4,7%, em 2022, e 6,1%, em 2023. Em termos absolutos, essa expansão foi de 1,2 milhão de domicílios entre 2022 e 2024. Em menor intensidade, o número de domicílios com serviço pago de *streaming* de vídeo que tinham acesso a canais de televisão, aberta ou fechada, ampliou em 394 mil domicílios nesse mesmo período.

O rendimento médio mensal real *per capita* nos domicílios que tinham acesso a serviço pago de *streaming* de vídeo foi de R\$ 2 950, representando mais que o dobro daqueles que não possuíam acesso a esse serviço, R\$ 1 390. Para os domicílios com acesso pago a *streaming* de vídeo, bem como a canais fechados de televisão, o rendimento médio foi de R\$ 3 903.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023-2024.

Nota: Para os domicílios que não tinham acesso à Internet, foi considerado que não havia serviço pago de *streaming* de vídeo.

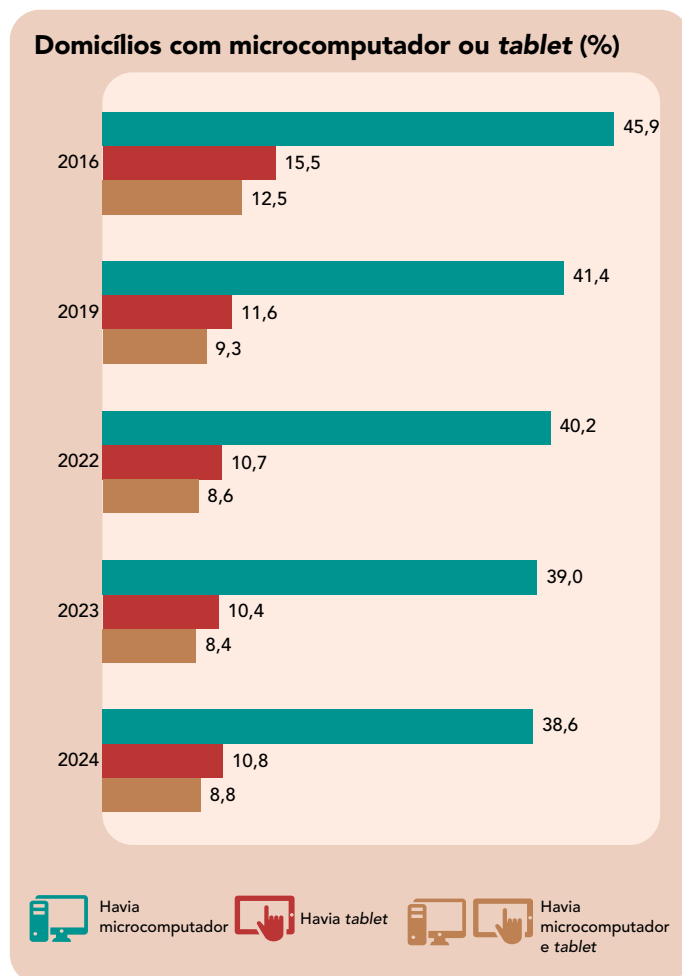
Existência de microcomputador ou *tablet* no domicílio

Os resultados de 2024 mantêm a tendência de declínio no percentual de domicílios com microcomputador, algo perceptível desde o início da série em 2016. No total de domicílios, aqueles em que havia microcomputador representavam 39,0%, em 2023, e 38,6%, em 2024. Apesar da queda, essa variação tem diminuído ano após ano, podendo indicar alguma estabilidade nesses números em breve. No setor urbano, os percentuais sempre foram maiores que no rural, porém essa redução, que vem ocorrendo desde 2016, atinge os dois setores.

A existência de *tablet* é menos comum nos domicílios que a de microcomputador. Nos domicílios do País, de 2023 para 2024, o percentual daqueles em que havia *tablet* passou de 10,4% para 10,8%. Desde 2022, esse indicador apresentou percentuais próximos, com pequenas variações para cima e para baixo, podendo indicar alguma estabilidade entre 10% e 11%. Em área urbana, esse indicador passou de 11,4% para 11,8% e, em área rural, de 2,8% para 3,0%.

O microcomputador é um equipamento mais caro que o *tablet* e a grande maioria dos domicílios em que havia *tablet* também tinha microcomputador. Esses fatos são relevantes no entendimento dos níveis do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* em função da existência desses equipamentos nos domicílios.

No País, em 2024, esse rendimento foi de R\$ 1 233 para os domicílios que não tinham microcomputador nem *tablet*; e de R\$ 3 174 para os que possuíam pelo menos um deles. O rendimento médio nos domicílios que contavam somente com *tablet* (R\$ 1 618) foi menor do que naqueles em que havia somente microcomputador (R\$ 2 764) e alcançou R\$ 4 825 nos domicílios que possuíam ambos os equipamentos.

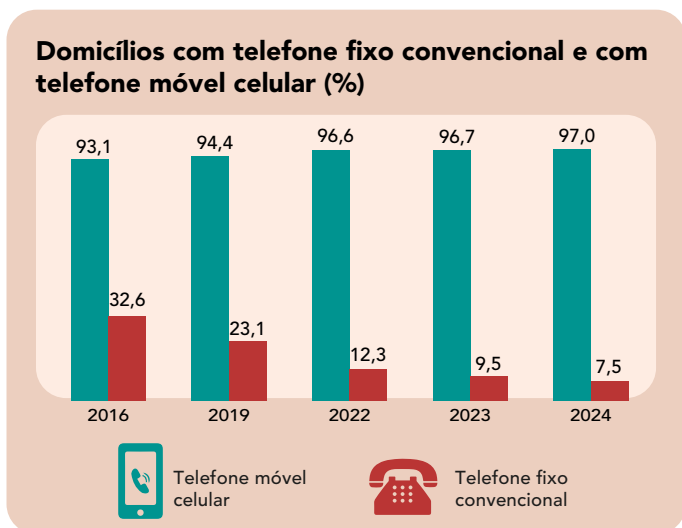


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2024.

Existência de telefone no domicílio

Em 2024, não havia telefone (fixo ou móvel) em 2,6% dos domicílios particulares permanentes (2,1 milhões) do País, queda de 0,2 p.p. em comparação a 2023. A ausência de telefone manteve-se mais elevada nos domicílios nas Regiões Nordeste (4,7%) e Norte (3,2%), enquanto nas demais não ultrapassou 2,0%.

Considerando o tipo de telefone, em 2024, havia telefone fixo convencional em 7,5% dos domicílios do País e esse percentual tem apresentado declínio desde 2016 (32,6%). A parcela dos domicílios que tinham telefone móvel celular, por outro lado, apresenta aumento desde 2016 (93,1%), chegando ao maior percentual da série histórica em 2024 (97,0%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2024.

Os domicílios da área rural tinham percentual menor, se comparados àqueles da área urbana, tanto de telefone móvel celular (92,4% frente a 97,6%) quanto de telefone fixo convencional (2,3% contra 8,2%).

A presença de telefone móvel celular é mais universalizada entre as Grandes Regiões, variando de 95,2% dos domicílios da Região Nordeste a 98,5% dos domicílios da Região Centro-Oeste. Por outro lado, a presença de telefone fixo convencional mostrou maiores diferenças regionais: a Região Sudeste tinha o maior percentual de domicílios com telefone fixo convencional (11,8%), ao passo que esse percentual foi de apenas 2,3% e 2,4% nas Regiões Norte e Nordeste, respectivamente.

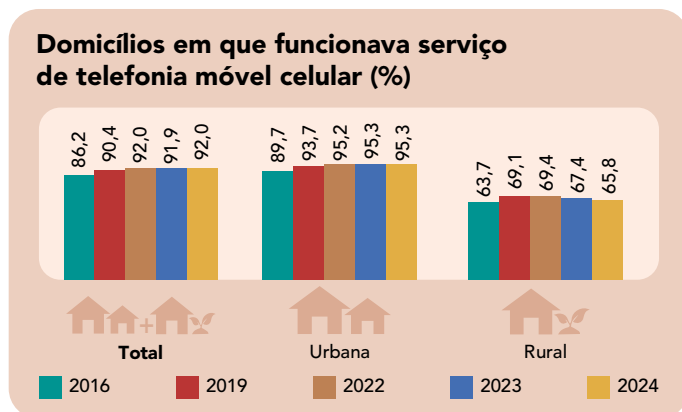
O rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* da parcela de domicílios em que não havia telefone ficou muito abaixo daquele nos domicílios que tinham telefone. No País, em 2024, o rendimento médio nos domicílios que não tinham telefone (R\$ 1 168) representou 56,1% do rendimento nos que possuíam telefone (R\$ 2 081). Nos domicílios em que havia telefone fixo convencional o rendimento médio foi de R\$ 3 613, enquanto naqueles com telefone móvel celular, de R\$ 2 081.

Funcionamento de serviço de rede móvel celular no domicílio

Desde 2016, ano após ano, observou-se um aumento no número de domicílios em que foi informado que o serviço de rede móvel celular ali funcionava, para Internet ou para telefonia. Entretanto, desde 2022, o percentual de domicílios nessa condição vem apresentando estabilidade, caindo 0,1 p.p., em 2023, e voltando a subir 0,1 p.p., em 2024.

Em 2024, no total de domicílios do País, o percentual daqueles em que o serviço de rede móvel celular funcionava, para Internet ou para telefonia, foi de 92,0%, no total; 95,3%, em área urbana; e 65,8%, em área rural.

Em áreas urbanas, também foi identificada essa estabilização se considerados os últimos três anos da pesquisa. Por outro lado, em áreas rurais, apresentou quedas consecutivas nos últimos anos, saindo de 69,4% (2022) para 65,8% (2024). Esses movimentos ampliaram a diferença entre as taxas nos domicílios urbanos em comparação aos rurais: em 2024 essa diferença foi de 29,5 p.p., tornando-se assim, a maior da série.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2024.

Existência de rádio no domicílio

Cerca de 38,8 milhões ou 48,5% dos domicílios possuíam rádio³ em 2024, primeira vez que o número de domicílios com rádio é menor do que o número de domicílios sem rádio. Entre 2023 e 2024, houve queda de 2,3 milhões de domicílios com rádio (4,0 p.p.). O maior percentual foi registrado na Região Sul, com 56,7%, única Região que apresentou uma taxa acima de 50%. Entre 2023 e 2024, somente a Região Centro-Oeste não apresentou redução nesse indicador. No setor rural, 51,8% dos domicílios possuíam rádio, percentual superior ao do setor urbano, com 48,1%.

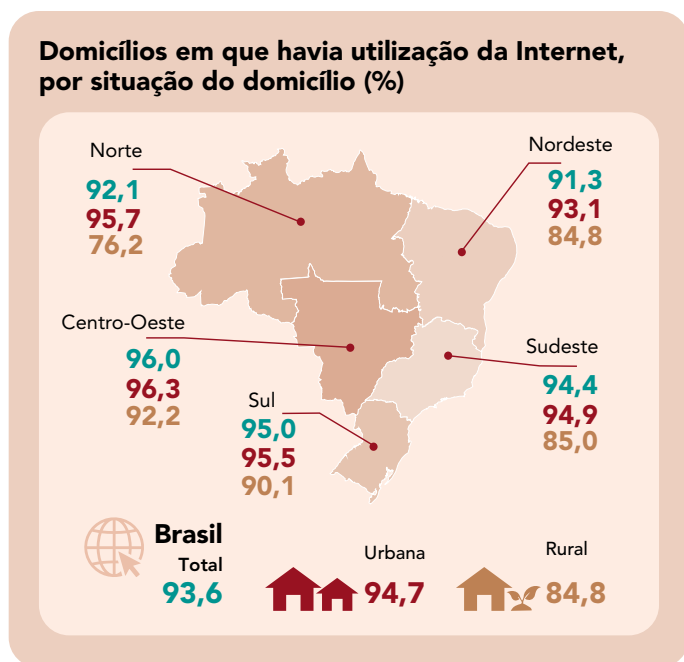
O rendimento médio mensal real *per capita* nos domicílios que possuíam rádio foi de R\$ 2 173 em 2024, valor superior ao dos domicílios sem esse equipamento, R\$ 1 971.

³ O quesito sobre rádio da PNAD Contínua considera os domicílios que possuem algum aparelho de rádio, podendo, ou não, estar associado a outro equipamento.

Utilização da Internet no domicílio

A Internet era utilizada em 93,6% dos domicílios particulares permanentes (74,9 milhões) do País, em 2024, um aumento de 1,1 p.p. em relação a 2023. Apesar do aumento consistente desde o início da série histórica, a taxa de crescimento vem diminuindo gradualmente, refletindo a proximidade da universalização do acesso à Internet nos domicílios brasileiros. Sob o aspecto da situação do domicílio, esse aumento tem sido mais acelerado nas áreas rurais, contribuindo para uma considerável redução da diferença em relação aos da área urbana: em 2016, essa desigualdade foi maior que 40 p.p. e caiu para 9,9 p.p. em 2024.

Esse crescimento ocorreu em todas as Grandes Regiões, sobretudo na Nordeste que apresentou o maior aumento (2,2 p.p.) entre 2023 e 2024. Apesar disso, essa Região continuou registrando a taxa mais baixa (91,3%), enquanto a Centro-Oeste apresentou a maior (96,0%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2024.

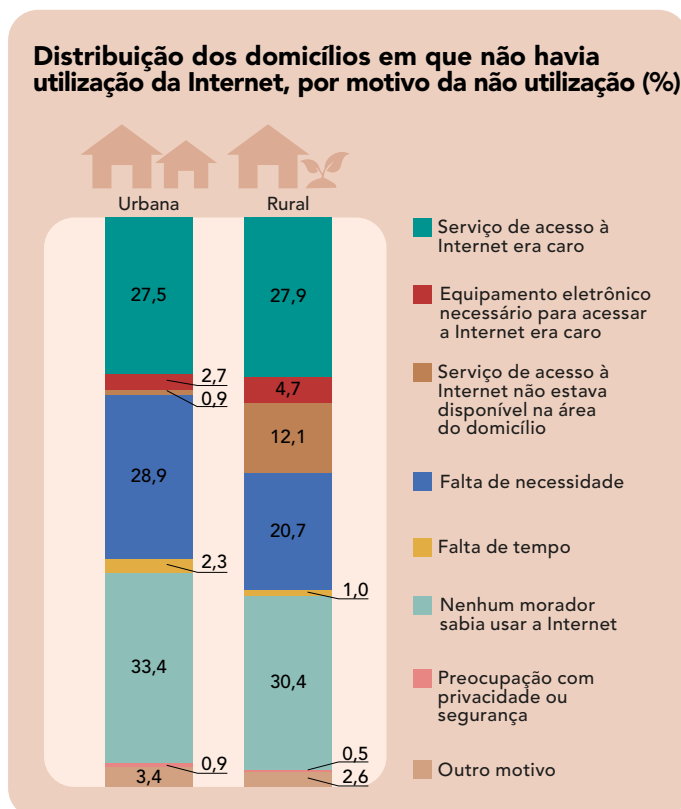
No País, o rendimento médio mensal real *per capita* nos domicílios em que havia utilização da Internet (R\$ 2 106) foi 70,8% maior do que o rendimento nos que não a utilizavam (R\$ 1 233).

Motivo da não utilização da Internet no domicílio

Em 2024, nos 5,1 milhões de domicílios do País em que não havia utilização da Internet, os três motivos que mais se destacaram representavam, em conjunto, 86,9%. Esses três motivos foram: nenhum morador sabia usar a Internet (32,6%), serviço de acesso à Internet era caro (27,6%) e falta de necessidade em acessar a Internet (26,7%). O motivo de o serviço de acesso à Internet não estar disponível na área do domicílio abrangeu 3,9% das residências em que não havia utilização da Internet e o motivo de o equipamento eletrônico necessário para acessar a Internet ser caro, 3,2%. Por fim,

falta de tempo (2,0%) e preocupação com privacidade ou segurança (0,8%) foram os motivos menos declarados nas entrevistas.

Em área urbana e rural, os três motivos que mais se destacaram foram os mesmos do total e concentravam 89,8% e 79,0%, respectivamente, dos domicílios em que não havia utilização da Internet. Entretanto, na área rural, além dos três motivos mais alegados, destacou-se a falta de disponibilidade do serviço de acesso à Internet na área do domicílio, que representou 12,1% (13,8% em 2023) dos domicílios em que não havia utilização da Internet em área rural, em contraste com somente 0,9% em área urbana.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2024.

Tipo de conexão à Internet no domicílio

O uso de banda larga continua se expandindo no Brasil. Em 2024, ambos os tipos de conexão por banda larga (fixa e móvel) mostraram crescimento nos domicílios, com destaque para a banda larga fixa, que registrou aumento superior à banda larga móvel, ampliando a diferença entre elas na taxa de adoção.

Nos domicílios do País em que havia utilização da Internet, o percentual dos que usavam banda larga móvel passou de 83,3% para 84,3% entre 2023 e 2024. Ao passo que o percentual dos domicílios que utilizavam a banda larga fixa aumentou de 86,9% para 88,9% nesse mesmo período.

A análise regional mostrou que, em 2024, o percentual de domicílios na Região Norte em que a banda larga fixa era utilizada (84,6%), apesar de ter apresentado o maior aumento, ainda continua abaixo dos resultados alcançados nas demais Regiões. Outro

destaque foi a Região Nordeste, que manteve a posição de maior adoção de banda larga fixa nos domicílios (92,3%).

No que concerne ao percentual dos domicílios em que havia uso da banda larga móvel, o menor percentual foi registrado na Região Nordeste (70,0%), enquanto as demais Regiões apresentaram taxas superiores a 80%, chegando a 91,1% na Região Sudeste. A Região Norte foi a única que registrou queda dessa taxa entre 2023 e 2024.

Cabe ainda salientar que a diferença entre o percentual de domicílios que utilizavam banda larga fixa e o referente à banda larga móvel na Região Nordeste (22,3 p.p.) foi substancialmente maior que nas demais Regiões em 2024. Além disso, a presença da banda larga móvel superava a fixa apenas na Região Sudeste.

Em 2024, nos domicílios em que havia utilização da Internet, a parcela que dispunha de conexão discada foi de apenas 0,3% no Brasil.

Em 2024, continuou a tendência de crescimento no percentual de domicílios com Internet em que eram utilizados os dois tipos de banda larga, ao passo que ocorreu retração nos domicílios que utilizavam somente um dos tipos, algo perceptível desde o início da série. Nesse período, o percentual de domicílios em que havia conexão por banda larga fixa e móvel subiu de 48,8% para 73,3%, enquanto o percentual dos domicílios em que era utilizada somente a conexão por banda larga móvel passou de 27,1% para 10,2% e naqueles em que havia somente o uso de conexão por banda larga fixa, diminuiu de 21,0% para 14,8%.

Existência de dispositivo inteligente

No País, dos 74,9 milhões de domicílios que havia utilização de Internet, 13,5 milhões (18,1%) possuíam algum tipo de dispositivo inteligente⁴, um aumento de 1,9 milhão de domicílios (ou 2,1 p.p.) entre 2023 e 2024. Em setores rurais, o percentual foi consideravelmente inferior ao urbano, 8,8% contra 19,1%. Em relação às Grandes Regiões, o menor percentual foi registrado na Região Nordeste (11,8%) e o maior, na Região Sul (23,2%). As Regiões Sudeste e Centro-Oeste também apresentaram números acima de 20%.

Em 2024, o rendimento médio mensal real *per capita* nos domicílios que possuíam algum tipo de dispositivo inteligente foi mais que o dobro do rendimento dos domicílios que não possuíam esse tipo de equipamento, R\$ 3 564 e R\$ 1 777, respectivamente.

Pessoas de 10 anos ou mais de idade

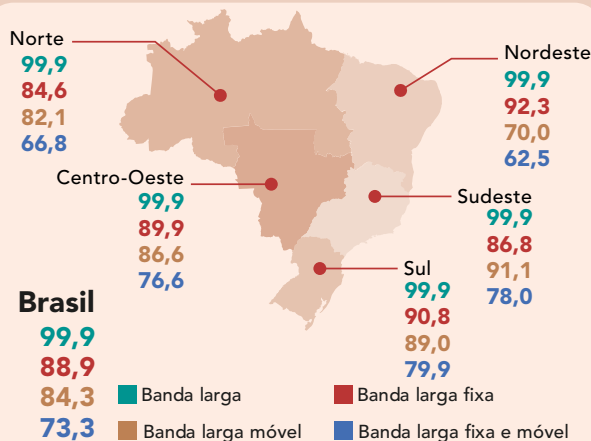
A investigação da utilização pessoal da Internet, por qualquer meio e em qualquer local, abrangeu as pessoas de 10 anos ou mais de idade e focou na sua ocorrência em pelo menos algum momento no período de referência dos últimos três meses, que corresponde aos 90 dias que antecederam a data da entrevista no domicílio. A pesquisa também investigou a posse de telefone móvel celular para uso pessoal por parte desse grupo populacional.

Em relação ao uso da Internet, as informações captadas neste módulo da PNAD Contínua, associadas a diferentes características sociodemográficas da população, contribuem para identificar dis-

⁴ Refere-se a dispositivos não comumente associados à Internet, mas que podem ser acessados por meio dela, como câmera, caixa de som, lâmpada, ar-condicionado, geladeira etc.

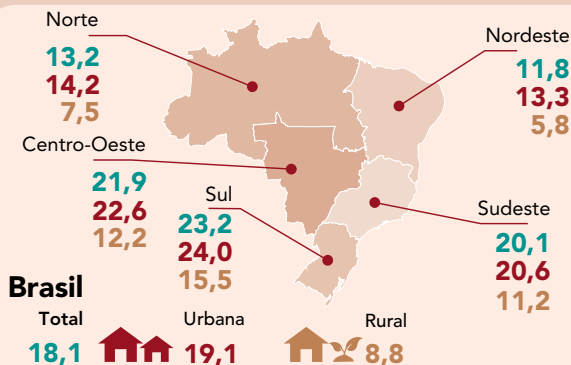
⁵ Na presente publicação, as estimativas de população total são baseadas nos dados das Projeções da População do Brasil e das Unidades da Federação, Revisão 2018, calculadas pelo IBGE. Para informações mais detalhadas, consultar: IBGE. *Projeções da população: Brasil e Unidades da Federação: revisão 2018*. 2. ed. Rio de Janeiro, 2018. 43 p. (Série relatórios metodológicos, v. 40). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-dapopulacao.html?edicao=21830&t=notas-tecnicas>. Acesso em: jun. 2025.

Domicílios em que havia conexão por banda larga na utilização da Internet, por tipo de banda larga (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2024.

Domicílios com dispositivo inteligente, por situação do domicílio (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2024.

tintos perfis de usuários, além de evidenciar quais os grupos populacionais que predominam entre os excluídos digitais.

Utilização da Internet

Em 2024, na população estimada de 188,5 milhões de pessoas de 10 anos ou mais de idade do País⁵, 89,1% (168,0 milhões) utilizaram a Internet no período de referência dos últimos três meses. No que se refere à situação do domicílio, o percentual de pessoas que viviam em áreas urbanas que utilizaram a Internet foi de 90,2%, ao passo que entre os moradores da área rural, a proporção foi de 81,0%.

O percentual de usuários da Internet vem crescendo desde 2016, ano inicial da série, quando 66,1% da população de 10 anos ou mais de idade havia utilizado a Internet no período de referência, passando de 79,5%, em 2019, para 89,1%, em 2024. Em relação a 2023, quando 88,0% das pessoas de 10 anos ou mais de idade haviam utilizado a Internet, registrou-se 1,1 p.p. de variação. Embora a utilização da Internet seja menor entre os residentes em áreas rurais, observou-se, ao longo dos anos, uma forte expansão de seu uso nesse grupo populacional, reduzindo a diferença em relação à população urbana. Em 2024, o aumento do uso da Internet pela população rural foi de expressivos 4,4 p.p., enquanto houve uma oscilação de 0,6 p.p. nesse uso entre a população residente em áreas urbanas.

Em 2024, nas Grandes Regiões, verificou-se que a Centro-Oeste (93,1%) se manteve com a maior proporção de pessoas que utilizaram a Internet, ao passo que as Norte (88,2%) e Nordeste (87,2%) permaneceram com resultados inferiores aos alcançados nas demais Regiões. Entretanto, as Regiões Norte e Nordeste foram as que apresentaram maior expansão desse indicador em relação ao ano anterior, com aumentos de 2,9 p.p. e 3,0 p.p., respectivamente; enquanto na Sudeste, a proporção de usuários registrou variação negativa de 0,6 p.p. no último ano. Analisando o período de 2019 a 2024, verifica-se que as Regiões Norte e Nordeste apresentaram expressivo aumento desse indicador, com uma elevação do percentual de usuários da Internet de 18,2 p.p. e 17,2 p.p., respectivamente, crescimento substancialmente acima do verificado para as demais Regiões. Observa-se, portanto, uma redução das disparidades regionais quanto ao acesso à Internet.

Em relação ao sexo, no País, 89,8% das mulheres utilizaram a Internet em 2024, um pouco acima do percentual apresentado pelos homens (88,4%). Analisando por nível de instrução, o grupo de pessoas sem instrução (46,0%) apresentava um percentual de uso da Internet bastante inferior ao dos demais grupos de escolaridade. Os maiores percentuais foram estimados para as pessoas com ensino superior incompleto (97,9%) e com superior completo (97,2%).

Por cor ou raça, observa-se que, em 2024, o percentual de pessoas declaradas brancas que utilizaram a Internet no período de referência foi de 90,0%, um pouco acima do estimado para aquelas de cor ou raça preta (88,4%) e parda (88,6%). Nota-se que o diferencial do acesso à Internet por cor ou raça vem se reduzindo progressivamente, ano a ano, ao longo da série. Em 2016, as diferenças eram mais expressivas, quando 72,6% das pessoas brancas, 63,9% das pretas e 60,3% das pardas haviam utilizado a Internet.

Por grupos de idade

Em 2024, o percentual de pessoas que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, no grupo etário de 10 a 13 anos foi de 84,8%. Esse percentual cresceu sucessivamente nos grupos etários subsequentes e alcançou 96,4% de usuários no grupo de 25 a 29 anos. Em seguida, a proporção de usuários declinou-se gradualmente até atingir 89,9% no grupo de 50 a 59 anos e depois caiu para 69,8% entre os idosos (60 anos ou mais).

Ainda que o uso da Internet permaneça menor no grupo de pessoas de 60 anos ou mais de idade, observa-se uma acelerada ex-

pansão de usuários entre a população idosa, o que pode ter sido propiciado, entre outros fatores, pela evolução nas facilidades para o uso dessa tecnologia e na sua disseminação no cotidiano da sociedade. Nesse sentido, o aumento do percentual de pessoas que utilizaram a Internet, entre 2019 e 2024, foi bastante expressivo no grupo etário de 60 anos ou mais (expansão de 25,0 p.p.), seguido pelo grupo de 50 a 59 anos (aumento de 15,5 p.p.). Em relação a 2023, esses grupos também apresentaram as maiores expansões no percentual de usuários da Internet (3,8 p.p. e 1,9 p.p., respectivamente). Os grupos de pessoas de 20 a 24 anos e de 25 a 29 anos de idade, por outro lado, justamente os dois com os maiores percentuais de usuários, registraram relativa estabilidade do indicador frente a 2023 (oscilação de apenas 0,1 p.p. para ambos os grupos).

Por condição de estudante e rede de ensino

Em 2024, o percentual de pessoas que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, foi de 92,4% no grupo dos estudantes, ao passo que entre não estudantes esse percentual foi de 88,4%. Em relação ao ano anterior, houve maior aumento do uso da Internet entre os não estudantes (1,3 p.p.), enquanto entre os estudantes registrou-se uma leve variação positiva (0,5 p.p.).

Em relação à rede de ensino, observam-se importantes diferenças no uso da Internet por parte dos estudantes do País. Enquanto 97,0% dos estudantes da rede privada utilizaram a Internet, em 2024, esse percentual entre os estudantes da rede pública de ensino foi de 90,0%.

A Região Norte (88,0%) apresentou o menor percentual de usuários da Internet entre os estudantes, ao passo que o maior foi observado na Região Sul (95,1%). As diferenças regionais no uso da Internet foram mais marcadas entre os estudantes da rede pública, destacando-se o menor acesso à Internet entre aqueles da Região Norte (84,6%). Nas demais Regiões, esse percentual ficou entre 89,1%, na Nordeste, e 93,2%, na Sul. Por outro lado, se considerados apenas os estudantes da rede de ensino privada, notam-se pequenas diferenças entre as Grandes Regiões. Dessa forma, a disparidade no acesso à Internet entre os estudantes das redes pública e privada na Região Norte (14,0 p.p. a mais para os estudantes da rede privada) ficou bastante acima da diferença observada nas demais Grandes Regiões.

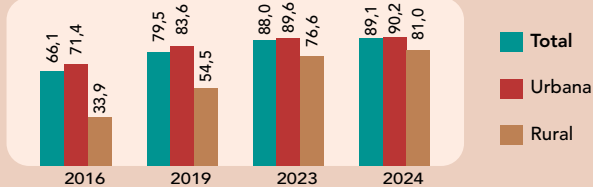
Ao comparar os estudantes de 10 anos ou mais de idade por rede de ensino, é importante considerar que a distribuição desses alunos por curso frequentado é bastante distinta entre as redes pública e privada⁶, o que pode contribuir para as diferenças nos indicadores de uso da Internet entre esses dois grupos. Assim, buscou-se avaliar se as diferenças de acesso à Internet permaneciam ao se comparar estudantes que frequentavam níveis de ensino similares. Considerando especificamente os estudantes do ensino fundamental, verificam-se diferenças importantes no acesso à Internet por rede de ensino: 94,2% dos estudantes da rede privada e 85,4% da pública utilizaram a Internet (diferença de 8,8 p.p.). No entanto, entre os estudantes do ensino médio, tal diferença cai para apenas 0,8 p.p., e entre aqueles que cursavam o ensino superior ou pós-graduação⁷ observa-se que o acesso alcança valores próximos da universalidade desses estudantes, independentemente da rede de ensino (98,0% dos estudantes da rede privada e 98,4% da pública utilizaram a Internet).

⁶ Conforme as estimativas da PNAD Contínua, em 2024, entre os estudantes de 10 anos ou mais de idade da rede privada, havia o predomínio daqueles que frequentavam o ensino superior ou pós-graduação (66,0%); ao passo que entre os estudantes da rede pública, a maior parte cursava o ensino fundamental (58,6%) ou médio (30,6%), e apenas 10,9% frequentavam o ensino superior ou pós-graduação.

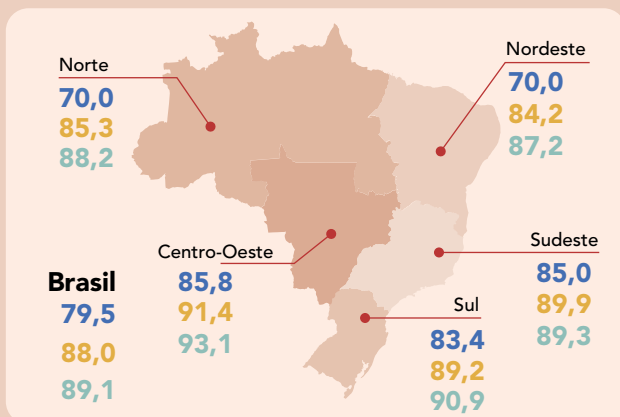
⁷ Na pós-graduação, consideram-se os cursos de especialização, mestrado e doutorado.

Pessoas que utilizaram a Internet (%)

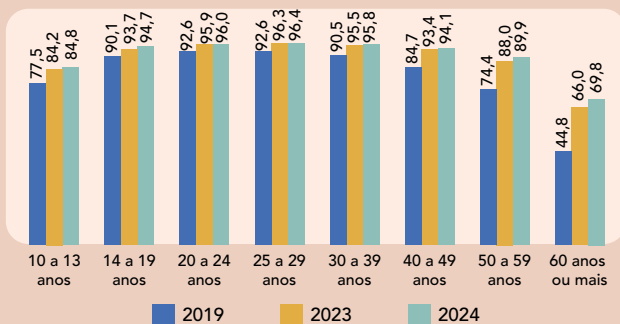
Situação do domicílio



Grandes Regiões

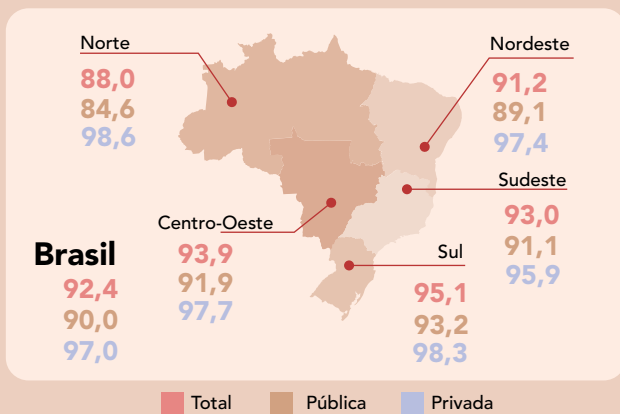


Grupos de idade

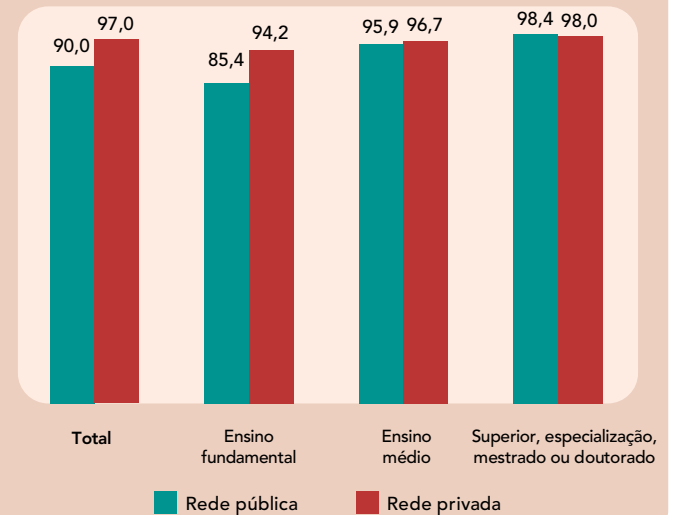


Rede de ensino

2024



Estudantes que utilizaram a Internet, por rede de ensino, segundo o curso frequentado (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2024.

Frequência de utilização da Internet

A PNAD Contínua passou a investigar, a partir de 2022, a frequência com que as pessoas normalmente utilizavam a Internet. Em 2024, entre as pessoas de 10 anos ou mais de idade que utilizaram Internet no período de referência dos últimos três meses, 95,2% usavam de forma habitual todos os dias; 1,9% utilizavam quase todos os dias (cinco ou seis dias por semana); 2,4%, de uma a quatro vezes por semana; e apenas 0,6% utilizavam com uma frequência inferior a uma vez por semana. Observando o período de 2022 a 2024, nota-se pequeno aumento, ano a ano, do percentual de pessoas que utilizavam a Internet diariamente, de forma habitual, passando de 93,4%, em 2022, para 94,3%, em 2023, até alcançar no último ano 95,2%.

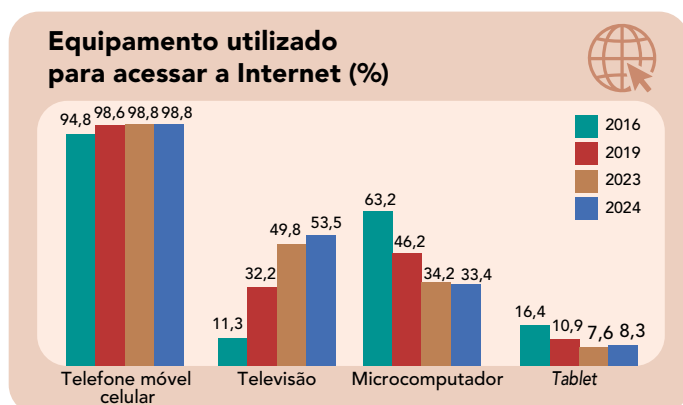
Não se observou diferenças importantes na frequência de utilização da Internet por sexo. Por outro lado, a comparação por grupos etários revela diferenças significativas. Para o grupo mais jovem analisado, de 10 a 13 anos de idade, o uso da Internet todos os dias foi apontado por 93,7% dos usuários. Para os grupos etários seguintes, que compreendem as pessoas de 14 a 49 anos, verificou-se que mais de 96% das pessoas afirmaram usar a Internet todos os dias, com os percentuais mais elevados estimados para os grupos de 20 a 24 anos (97,9%) e de 25 a 29 anos (97,7%). O menor percentual de pessoas que normalmente utilizavam a Internet todos os dias foi verificado entre a população idosa (87,9%), entretanto, ainda assim, a grande maioria das pessoas com 60 anos ou mais de idade que utilizavam a Internet, o faziam diariamente. Em relação a 2022, o primeiro ano em que tal informação foi investigada, para todos os grupos etários, observou-se variação positiva do percentual de pessoas que utilizavam a Internet diariamente, com destaque para a população de 60 anos ou mais (variação de 3,6 p.p.).

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2024.

Equipamento utilizado para acessar a Internet

Em 2024, o meio de acesso indicado pelo maior número de pessoas de 10 anos ou mais de idade que utilizou a Internet foi, destacadamente, o telefone móvel celular (98,8%), seguido, em menor medida, pela televisão (53,5%), pelo microcomputador (33,4%) e pelo *tablet* (8,3%). Entre 2023 e 2024, houve aumento de pessoas que utilizaram a televisão e o *tablet* para acessar a Internet (3,7 p.p. e 0,7 p.p., respectivamente) e redução do uso do microcomputador (-0,8 p.p.).

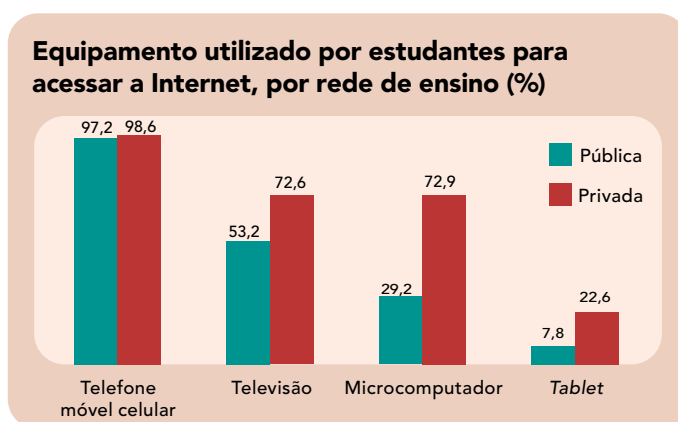
Analisando a série iniciada em 2016, observa-se uma tendência de queda da proporção de pessoas que usaram microcomputador para acessar a Internet, e aumento da utilização da televisão para esse fim. O acesso à Internet por meio do microcomputador declinou de 63,2%, em 2016, para 46,2%, em 2019, até atingir o menor valor da série, em 2024, 33,4%. Observa-se, no entanto, que, a partir de 2023, o ritmo de queda anual do percentual de usuários de microcomputador se atenuou. O percentual de pessoas que acessaram a Internet pela televisão, por outro lado, progrediu continuamente nesse mesmo período: de 11,3%, em 2016, para 32,2%, em 2019, até alcançar, em 2024, pela primeira vez na série histórica, mais da metade dos usuários (53,5%). O uso do *tablet*, por sua vez, apresentou uma tendência de queda entre 2016 e 2022 (16,4% para 7,6%), manteve-se estável em 2023 (7,6%), e apresentou uma pequena variação positiva em 2024 (8,3%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2024.

Considerando a condição de estudante, observou-se, entre os estudantes, maior percentual de pessoas que utilizavam televisão (60,0%), microcomputador (44,6%) e *tablet* (13,0%) para acessar a Internet em 2024, se comparados aos não estudantes (com percentuais de 51,9%, 30,6% e 7,1%, respectivamente). Ressalta-se que, em 2024, a utilização de microcomputador para acessar a Internet segue tendência de queda entre os não estudantes, entretanto, verificou-se uma interrupção desse movimento entre os estudantes. O percentual de estudantes que utilizaram tal equipamento para acessar a Internet se manteve próximo da estabilidade, registrando pequena oscilação positiva de 0,2 p.p. em relação ao ano anterior. O telefone móvel celular era utilizado por quase a totalidade das pessoas, tanto estudantes quanto não estudantes (97,7% e 99,1%, nessa ordem), com percentual ligeiramente maior entre os não estudantes.

O grupo de estudantes analisado não é homogêneo. Separando-se por rede de ensino, apresentaram diferenças significativas no uso do microcomputador, da televisão e do *tablet* para acessar a Internet. Em 2024, enquanto 72,9% dos estudantes da rede privada acessavam a Internet pelo microcomputador, esse percentual foi de apenas 29,2% entre os estudantes da rede pública. O percentual de utilização de televisão para acessar a Internet chegou a 72,6% para estudantes da rede privada, também superior ao observado entre estudantes da rede pública (53,2%). Para o *tablet*, essa diferença chegou a quase três vezes: 22,6% na rede privada e 7,8% na rede pública. Mais uma vez, o telefone móvel celular foi o principal equipamento utilizado para acessar a Internet pelos estudantes tanto da rede pública (97,2%) quanto da rede privada (98,6%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2024.

Ainda em relação aos estudantes, observa-se que a proporção daqueles que utilizavam o microcomputador e as diferenças nesse uso por rede de ensino variavam conforme o curso frequentado. Entre os estudantes de curso superior ou de pós-graduação, mais de ¾ acessaram a Internet por meio de microcomputador em ambas as redes de ensino: 77,4% da rede pública e 77,5% da rede privada. Para os demais níveis de ensino, havia diferenças importantes entre as redes pública e privada: entre os estudantes da rede pública, apenas 19,7% dos que frequentavam o ensino fundamental e 27,8% dos que cursavam o ensino médio utilizaram microcomputador para acessar a Internet, ao passo que na rede privada esses percentuais eram de 59,1% e 74,1%, respectivamente.

Finalidade do acesso à Internet

A PNAD Contínua pesquisa diversas finalidades do acesso à Internet, tendo ampliado essa investigação a partir de 2022, com a adição de novos itens⁸. Essas informações contribuem para compreender a evolução dos hábitos de uso da Internet e da demanda por determinados tipos de serviços e aplicativos, além de permitir identificar diferenças na utilização da Internet entre distintos grupos populacionais.

O percentual de pessoas que acessaram a Internet para conversar por chamadas de voz ou vídeo manteve-se como a finalidade mais in-

⁸ São eles: usar redes sociais; ouvir músicas, rádio ou *podcast*; ler jornais, notícias, livros ou revistas pela Internet; jogar (pelo videogame, celular, microcomputador etc.); comprar ou encomendar bens ou serviços; vender ou anunciar bens ou serviços; usar algum serviço público (por exemplo, emitir documentos pela Internet, preencher e enviar formulários *online* ou pagar taxas e impostos pela Internet); e acessar bancos ou outras instituições financeiras para pagamento, transferência, consulta de saldo etc.

formada, alcançando 95,0% dos usuários em 2024. Essa proporção registrou uma oscilação positiva de 0,4 p.p. em relação ao ano anterior e apresentou expansão de 3,6 p.p. em relação a 2019. A segunda finalidade mais relatada de utilização da Internet foi enviar ou receber mensagens de texto, voz ou imagens por aplicativos diferentes de *e-mail* (90,2%). Ainda que bastante frequente, essa utilização apresentou queda tanto em relação a 2023 (-0,9 p.p.) quanto em relação a 2019 (-5,6 p.p.).

Outras finalidades de uso apontadas por mais da metade dos usuários da Internet no período de referência foram: assistir a vídeos, inclusive programas, séries e filmes (88,5%); usar redes sociais (84,2%); ouvir músicas, rádio ou *podcast* (83,5%); acessar bancos ou outras instituições financeiras (71,2%); ler jornais, notícias, livros ou revistas pela Internet (68,9%); e enviar ou receber *e-mails* (60,8%). Dentre essas finalidades, destaca-se a expansão, em relação ao ano anterior, do uso da Internet para acessar bancos ou outras instituições financeiras (4,5 p.p.), após um crescimento de 6,6 p.p. observado em 2023. Assim, no acumulado do período de 2022 a 2024, registrou-se uma considerável expansão de 11,1 p.p. na proporção de pessoas que acessavam bancos ou outras instituições financeiras pela Internet. Frente a 2023, também se observou uma variação positiva do uso da Internet para ouvir músicas, rádio ou *podcast* (1,1 p.p.) e para assistir a vídeos, inclusive programas, séries e filmes (0,9 p.p.). A atividade de ler jornais, notícias, livros ou revistas pela Internet manteve-se relativamente estável em 2024 (oscilação de -0,1 p.p.), após queda observada em 2023 (-3,3 p.p.). A atividade de enviar ou receber *e-mails* (correio eletrônico), pesquisada desde 2016, vinha apresentando uma tendência de queda desde o início da série, no entanto, essa tendência foi interrompida, em 2023, quando registrou aumento de 1,1 p.p. de pessoas que relataram ter enviado ou recebido *e-mail*. Em 2024, esse indicador manteve uma variação positiva (0,3 p.p.), ainda que em menor medida, alcançando 60,8% dos usuários da Internet.

As demais atividades realizadas por meio da Internet, dentre as investigadas na pesquisa, foram citadas em menor proporção, abrangendo menos da metade dos usuários: comprar ou encomendar bens ou serviços (48,1%); usar algum serviço público (38,8%); jogar (30,2%); e vender ou anunciar bens ou serviços (12,3%). Dessas finalidades, as atividades de jogar (pelo videogame, celular, microcomputador etc.) e vender ou anunciar bens ou serviços apresentaram pequena queda em reação ao ano anterior (-0,7 p.p. e -0,9 p.p., respectivamente). Em contrapartida, as atividades de comprar ou encomendar bens ou serviços (variação de 3,4 p.p.) e usar algum serviço público (2,9 p.p.) apresentaram aumento no último ano. Ademais, ambas acumularam um crescimento importante em relação a 2022, o primeiro ano em que foram pesquisadas, quando 42,0% dos usuários da Internet relataram ter comprado ou encomendado bens ou serviços e 33,4%, ter usado algum serviço público.

Ao comparar a finalidade de acesso à Internet por sexo, não se observou diferenças muito expressivas na utilização, exceto no que se refere ao hábito de jogar *online*, uma vez que 36,9% dos homens utilizaram Internet nos últimos três meses para esse fim, enquanto entre as mulheres o percentual foi de 24,0%. O uso de redes sociais, por outro lado, foi um pouco mais frequente entre as mulheres (85,3%) em relação aos homens (83,1%).

No confronto desses indicadores por condição de estudante, as principais diferenças se referiam ao uso da Internet para jogar, ativi-

dade realizada nos últimos três meses por 58,6% dos estudantes e 23,2% dos não estudantes; e acessar bancos ou outras instituições financeiras, com percentuais de 48,9% e 76,7%, respectivamente. Além disso, para a totalidade dos estudantes, observou-se que o principal uso da Internet foi assistir a vídeos, inclusive programas, séries e filmes (94,7%), enquanto entre os não estudantes a maior proporção foi registrada para conversar por chamadas de voz ou vídeo (95,7%). Tais diferenças podem ser explicadas, em parte, pelo próprio perfil etário desses grupos, uma vez que os estudantes são, em média, mais jovens que o restante da população pesquisada, possuindo, em decorrência disso, hábitos de utilização da Internet mais específicos.

Pessoas que utilizaram a Internet, segundo a finalidade do acesso (%)

Finalidade do acesso à Internet	Pessoas que utilizaram a Internet (%)			
	2019 (1)	2022	2023	2024
Enviar ou receber <i>e-mails</i> (correio eletrônico)	62,0	59,4	60,5	60,8
Enviar ou receber mensagens de texto, voz ou imagens por aplicativos diferentes de <i>e-mail</i>	95,8	92,0	91,1	90,2
Conversar por chamadas de voz ou vídeo	91,4	94,4	94,6	95,0
Usar redes sociais	-	83,6	83,5	84,2
Assistir a vídeos, inclusive programas, séries e filmes	88,9	88,3	87,6	88,5
Ouvir músicas, rádio ou <i>podcast</i>	-	82,4	82,4	83,5
Ler jornais, notícias, livros ou revistas pela Internet	-	72,3	69,0	68,9
Jogar (pelo videogame, celular, computador etc.)	-	32,4	30,9	30,2
Comprar ou encomendar bens ou serviços	-	42,0	44,7	48,1
Vender ou anunciar bens ou serviços	-	12,0	13,2	12,3
Usar algum serviço público	-	33,4	35,9	38,8
Acessar banco(s) ou outras instituições financeiras	-	60,1	66,7	71,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019/2024.

(1) De 2016 a 2021, as finalidades de acesso à Internet, pesquisadas no módulo TIC da PNAD Contínua, incluíam somente as atividades: enviar ou receber *e-mails* (correio eletrônico); enviar ou receber mensagens de texto, voz ou imagens por aplicativos diferentes de *e-mail*; conversar por chamadas de voz ou vídeo; e assistir a vídeos, inclusive programas, séries e filmes. As demais finalidades passaram a ser investigadas a partir de 2022.

Considerando apenas os estudantes, a análise por rede de ensino mostra que para ambos os grupos de estudantes, das redes pública e privada, as principais utilizações da Internet foram assistir a vídeos, inclusive programas, séries e filmes, e conversar por chamadas de voz ou vídeo, ainda que com percentuais mais elevados entre os estudantes da rede privada. Especificamente entre os estudantes do ensino superior ou pós-graduação, independentemente da rede de ensino, a atividade mais frequentemente apontada foi a de conversar por chamadas de voz ou vídeo, realizada por 98,6% dos estudantes da rede pública e

98,4% dos da rede privada. Nota-se, ainda, que algumas finalidades específicas de uso da Internet eram bem mais comuns entre os estudantes do ensino superior, seja da rede pública ou privada, se comparados ao total da população, como, por exemplo, enviar ou receber *e-mails* (atividade realizada por 93,7% dos estudantes de ensino superior da rede pública e 93,3% da privada) e ler jornais, notícias, livros ou revistas pela Internet (90,1% da rede pública e 88,9% da privada).

Acesso gratuito à Internet em locais públicos

A PNAD Contínua investiga o acesso gratuito à Internet (Wi-Fi) em alguns locais públicos, tais como: estabelecimentos públicos de educação e bibliotecas públicas; estabelecimentos públicos de saúde; e praças e parques. Em 2024, 10,5% das pessoas que utilizaram a Internet no período de referência dos últimos três meses afirmaram ter acessado o serviço gratuitamente em estabelecimentos públicos de educação (como escolas e universidades) e bibliotecas públicas (frente a 8,9%, em 2022, e 10,2%, em 2023). A utilização gratuita em estabelecimentos públicos de saúde (como postos de saúde e hospitais) foi apontada por 7,1% dos usuários, apresentando um pequeno aumento em relação aos anos anteriores (5,2%, em 2022, e 6,4%, em 2023). Esse acesso em praças e parques públicos, em 2024, também foi de 7,1%, apresentando pequena expansão no período abrangido (variação de 1,1 p.p. entre 2022 e 2023, e de 0,5 p.p. entre 2023 e 2024).

Em relação aos estudantes, a proporção daqueles que utilizaram o acesso gratuito à Internet em estabelecimentos públicos de educação e bibliotecas públicas foi de 29,6% em 2024, 2,5 p.p. superior ao observado em 2023 (27,1%). Considerando especificamente os estudantes da rede pública, estimou-se que um pouco mais de 1/3 (34,3%) daqueles que utilizaram Internet no período de referência acessaram o serviço de forma gratuita em escolas, universidades ou bibliotecas públicas, enquanto, em 2023, esse percentual era de 30,5%. Assim, no último ano, houve uma expansão de 3,8 p.p. do percentual de estudantes de escolas públicas que acessavam a Internet gratuitamente em escolas, universidades ou bibliotecas públicas, mesma variação observada entre 2022 e 2023. Analisando por curso frequentado, entre os estudantes da rede pública que utilizaram a Internet, 27,4% dos estudantes do ensino fundamental, 39,3% do ensino médio e 52,3% do ensino superior ou pós-graduação acessaram a Internet gratuitamente em escolas, universidades ou bibliotecas públicas em 2024. Houve, portanto, aumento para todos os grupos em relação a 2023, cujos percentuais eram, respectivamente, de 25,3%, 33,9% e 45,5%.

Ao estender a análise a todos os estudantes da rede pública, independentemente de terem ou não acessado a Internet no período de referência dos últimos três meses, verifica-se que, no País, 30,9% do total de estudantes da rede pública acessou a Internet em escolas, universidades ou bibliotecas públicas no último ano, o que representa uma expansão de 3,6 p.p. em relação a 2023, quando o percentual era de 27,2%. Em 2022, primeiro ano da série para esse indicador, o percentual foi de 23,9%.

Motivo da não utilização da Internet

No País, em 2024, 10,9% das pessoas de 10 anos ou mais de idade não utilizaram a Internet no período de referência dos últimos três meses

(frente a 12,0%, em 2023, e 20,5%, em 2019). Estima-se que, em 2024, esse grupo era constituído por 73,4% de pessoas sem instrução ou com ensino fundamental incompleto, e que 52,1% eram idosos de 60 anos ou mais de idade. Para esse contingente, formado por 20,5 milhões de pessoas, investigou-se o principal motivo de não terem acessado a Internet nesse período⁹. Os dois motivos mais apontados por essas pessoas foram não saber utilizar a Internet (45,6%) e a falta de necessidade (28,5%). Os motivos seguintes foram de razão econômica (serviço de acesso à Internet era caro, bem como equipamento eletrônico necessário era caro) e representaram, em conjunto, 10,9%. A falta de tempo foi apontada por 4,3% das pessoas e a preocupação com privacidade ou segurança, por 3,8%. Dentre os motivos pesquisados, o motivo alegado com menor frequência foi a indisponibilidade do serviço de acesso à Internet nos locais em que costumavam frequentar, relatado por 2,4% das pessoas que não acessaram a rede, enquanto 4,5% descreveram outros motivos.

O percentual de pessoas que não utilizaram a Internet tendo como principal motivo a indisponibilidade do serviço de acesso à Internet nos locais que costumavam frequentar era mais elevado na Região Norte (6,5%), variando, nas demais Grandes Regiões, entre 1,6% (Região Nordeste) e 2,4% (Região Sudeste). Adicionalmente, esse motivo foi mais elevado em área rural (5,0%), se comparada à área urbana (1,8%), sendo que entre a população rural da Região Norte o percentual era ainda maior (12,6%).

Observam-se importantes diferenças entre os motivos alegados para a não utilização da Internet entre os grupos etários. Para a população de 60 anos ou mais, verificou-se que o principal motivo foi o de não saber utilizar a Internet (66,1%), seguido pela falta de necessidade (22,1%). Para as pessoas de 10 a 13 anos, que formam o segundo grupo etário mais numeroso entre as pessoas que não utilizaram a Internet, os motivos mais frequentes foram a falta de necessidade (33,9%) e a preocupação com privacidade ou segurança (22,5%), o que pode refletir receio por parte dos pais ou responsáveis. Para os mais jovens, destacam-se também os motivos de natureza econômica, que somavam 18,2%: equipamento eletrônico necessário era caro (9,3%) e serviço de acesso à Internet era caro (8,9%).

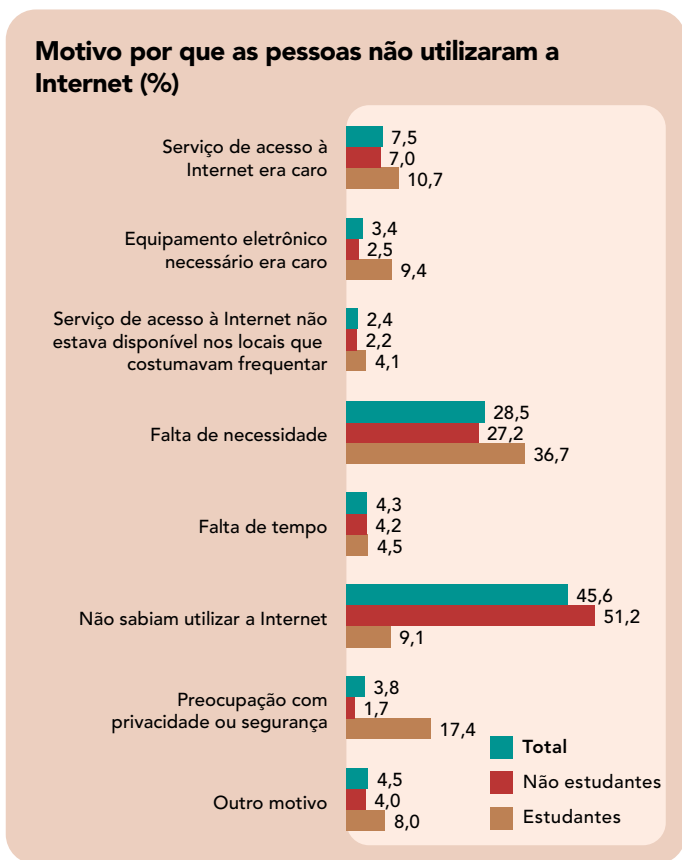
Por cor ou raça, observa-se que, em 2024, tanto para a população branca quanto para as pessoas pretas e as pardas os motivos mais frequentes para a não utilização da Internet foram os mesmos registrados para o total da população de 10 anos ou mais, destacando-se, para esses três grupos populacionais, o motivo de não saber utilizar a Internet: percentuais de 45,7%, 47,4% e 45,2%, respectivamente. Entre a população branca, se comparada às pessoas de cor preta e parda, observa-se um percentual um pouco maior de pessoas que alegaram falta de necessidade (31,9% dos brancos, 25,1% dos pretos e 26,6% dos pardos) e uma proporção relativamente menor de pessoas que apontaram motivos de ordem financeira, tanto relacionados ao valor do serviço (percentuais de 5,7%, 8,6% e 8,6%, respectivamente) quanto ao custo do equipamento (1,7%, 4,3% e 4,6%, nessa ordem).

A análise por condição de estudante mostrou que, em 2024, 86,5% das pessoas de 10 anos ou mais de idade que não utilizaram a Internet eram não estudantes. Entre estes, os motivos mais frequen-

⁹ Em 2022, com a revisão do questionário do módulo TIC pessoas da PNAD Contínua, houve alterações das opções de respostas relativas ao principal motivo de não utilização da Internet no período de referência: excluiu-se a opção "falta de interesse em acessar a Internet" e incluíram-se as opções "falta de necessidade", "falta de tempo" e "preocupação com privacidade ou segurança".

tes para o não uso foram os mesmos identificados para o total da população dessa faixa etária: 51,2% não sabiam utilizar a Internet e 27,2% não tinham necessidade.

Entre os estudantes, por outro lado, os motivos foram diferentes. A falta de necessidade foi apontada por 36,7% dessa população que não acessou a Internet, percentual acima do observado para os não estudantes. As questões financeiras também tiveram peso maior entre a população de estudantes, representando aproximadamente 1/5 do total (10,7% consideravam o serviço de acesso à Internet caro e 9,4%, o equipamento eletrônico necessário era caro). A preocupação com privacidade ou segurança, por sua vez, apresentou um percentual de respostas consideravelmente mais elevado entre os estudantes (17,4%), sendo essa preocupação relatada, como principal motivo, por apenas 1,7% dos não estudantes, enquanto o motivo de não saber utilizar a Internet – o mais frequente apontado pelos não estudantes – teve peso bem menor entre a população estudantil (9,1%). Tais diferenças em relação aos não estudantes podem refletir, entre outros fatores, o perfil etário, em média, mais jovem dos estudantes.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2024.

Como grande parte dos estudantes que não utilizaram a Internet era do ensino público (86,5%), os principais motivos para o não uso seguem a mesma tendência do total de estudantes, ou seja, a falta de necessidade (34,0%) e as questões financeiras, que somavam 22,3%. Entre os estudantes do ensino privado, observa-se um percentual ainda maior de pessoas que apontaram para a falta de necessidade, abrangendo mais da metade daqueles que não utilizaram a Internet (54,4%),

enquanto os motivos relacionados ao custo, seja do equipamento ou do serviço, somavam apenas 5,9%. A preocupação com privacidade ou segurança apresentou valores próximos para ambos os grupos de estudantes, sendo alegada como principal motivo por 18,6% dos estudantes da rede privada e 17,2% da rede pública. Desde 2022, quando esse motivo passou a ser pesquisado, nota-se que a preocupação com privacidade ou segurança aumentou, ano a ano, a sua participação como principal motivo de não utilização da Internet entre a população estudantil, tanto da rede privada quanto pública.

Posse de telefone móvel celular para uso pessoal

Observa-se uma contínua expansão da posse de telefone celular no período abrangido pela pesquisa, aumentando de 77,4% da população de 10 anos ou mais de idade, em 2016, para 81,4%, em 2019, até atingir 88,9%, em 2024. Nota-se uma variação de 1,3 p.p. em relação a 2023, quando o percentual de pessoas que tinham o aparelho foi de 87,6%. Nas áreas rurais, essa expansão foi ainda mais acentuada, passando de 54,6% de pessoas com aparelho celular, em 2016, para 60,0%, em 2019, até alcançar 77,2%, em 2024. Em relação ao ano anterior, a variação foi de 3,5 p.p., acima do verificado para o total da população.

Em termos regionais, os menores percentuais, em 2024, permaneceram nas Regiões Norte (83,7%) e Nordeste (84,0%), ao passo que as demais Grandes Regiões apresentaram percentuais que variaram de 91,3% (Região Sudeste) a 92,6% (Região Centro-Oeste). No entanto, observa-se que as diferenças regionais quanto à posse de aparelho móvel celular para uso pessoal vêm diminuindo progressivamente ao longo da série.

Para as pessoas que possuíam telefone móvel celular para uso pessoal, a PNAD Contínua investigou se o aparelho tinha acesso à Internet, sendo, atualmente, esse o equipamento mais utilizado para acessar a rede. De 2023 para 2024, na população de 10 anos ou mais de idade que possuía telefone móvel celular para uso pessoal no País, a parcela que tinha acesso à Internet por meio desse aparelho variou de 96,7% para 97,5%. Na área rural esse indicador cresceu 1,7 p.p., de 94,3% para 96,0%, permanecendo, contudo, um pouco menor que o da área urbana, que variou de 97,0% para 97,7%.

Por grupos de idade

No País, em 2024, o percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal, em cada grupo etário, registrou o seu mínimo no grupo de 10 a 13 anos de idade (56,5%), elevando-se abruptamente entre as pessoas de 14 a 19 anos (87,6%). As maiores participações ocorreram nos grupos dos adultos jovens de 25 a 29 anos (96,4%) e de 30 a 39 anos (96,5%). Nos grupos etários seguintes, o percentual declinou gradualmente até o dos adultos de meia-idade de 50 a 59 anos (92,4%), terminando com queda mais acentuada entre os idosos de 60 anos ou mais (78,1%).

Entre 2023 e 2024, houve variação positiva do percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal em todos os grupos etários. O maior crescimento da posse de telefone móvel celular ocorreu entre as pessoas de 14 a 19 anos e entre os idosos de 60 anos ou mais de idade, cuja proporção de pessoas que possuíam o aparelho, em ambos os grupos, expandiu 2,0 p.p. no último ano. Em relação a 2019, o maior crescimento foi observado entre a população idosa (11,5 p.p.).

Por condição de estudante e rede de ensino

Em 2024, o percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade com telefone móvel celular para uso pessoal era maior entre os não estudantes (90,9%) frente aos estudantes (80,6%). Entre os estudantes, houve diferença significativa nesse percentual segundo a rede de ensino. Enquanto 94,2% dos estudantes da rede privada tinham telefone móvel celular para uso pessoal, esse percentual era de apenas 73,7% entre aqueles da rede pública.

A maior discrepância no percentual de estudantes que tinham telefone móvel celular entre as redes pública e privada ocorreu na Região Norte, uma diferença de 31,5 p.p. a mais no percentual daqueles da rede privada, explicada sobretudo pelo baixo percentual de estudantes da rede pública com posse de telefone móvel celular nessa Região (63,1%).

Ao considerar o curso frequentado, nota-se que entre os estudantes do ensino fundamental havia uma diferença de 17,9 p.p. na posse de telefone móvel celular a favor daqueles da rede privada: apenas 60,1% dos estudantes da rede pública tinham o aparelho, frente a 78,0% da rede privada. Entre os estudantes do ensino médio, a diferença por rede de ensino se reduz para 6,3 p.p. (90,7% dos estudantes da rede pública e 97,0% da rede privada), ao passo que para os estudantes do ensino superior o percentual praticamente se iguala e alcança a quase universalidade nos dois grupos (99,2% e 99,6%, respectivamente).

Motivo de não ter telefone móvel celular para uso pessoal

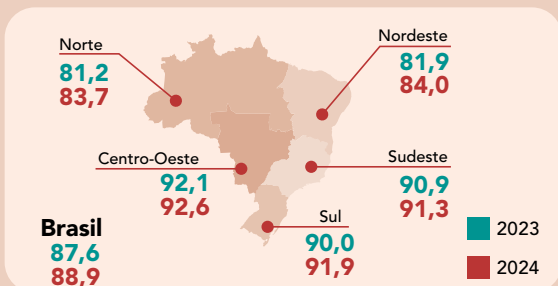
Em 2024, no País, estima-se que 20,9 milhões de pessoas não tinham telefone móvel celular para uso pessoal, representando 11,1% da população de 10 anos ou mais de idade. Esse percentual era 18,6%, em 2019, e 12,4%, em 2023.

Ao analisar o perfil dessas pessoas por sexo, observa-se que, em 2024, 54,4% eram homens, e 45,6%, mulheres. Por grupo etário, 36,9% eram pessoas de 60 anos ou mais, e 24,2% pertenciam ao grupo de 10 a 13 anos de idade. Por nível de escolaridade, nota-se que 80,3% não tinham instrução ou não haviam completado o ensino fundamental.

Para as pessoas que não possuíam telefone móvel celular para uso pessoal, a PNAD Contínua investigou o principal motivo de não terem o aparelho¹⁰. No País, dentre os motivos apontados, os três maiores destaques agregaram, em conjunto, mais de 70% das pessoas de 10 anos ou mais de idade que não tinham esse aparelho: 30,4% alegaram que não sabiam usar telefone móvel celular; 21,8%, falta de necessidade em ter telefone móvel celular; e 19,4%, que o aparelho telefônico era caro. Os demais motivos elencados foram: costumavam usar o telefone móvel celular de outra pessoa (10,8%); preocupação com privacidade ou segurança (7,6%); serviço era caro (2,4%); e serviço de telefonia móvel celular não estava disponível nos locais que costumavam frequentar (0,5%). Além desses, 7,2% das pessoas apontaram outro motivo, que não se enquadrava nos demais pesquisados.

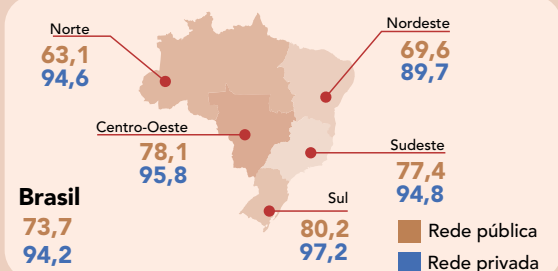
Pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal (%)

Grandes Regiões

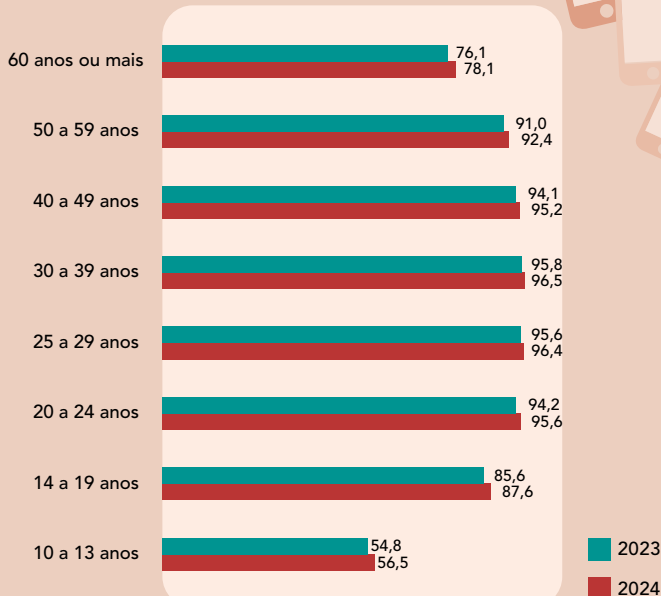


Rede de ensino

2024



Grupos de idade



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023-2024.

¹⁰ Em 2022, com a revisão do questionário do módulo TIC pessoas da PNAD Contínua, houve alterações das opções de respostas relativas ao principal motivo de não ter telefone móvel celular para uso pessoal: excluiu-se a opção "falta de interesse em ter telefone móvel celular" e incluíram-se as opções "falta de necessidade" e "preocupação com privacidade ou segurança".

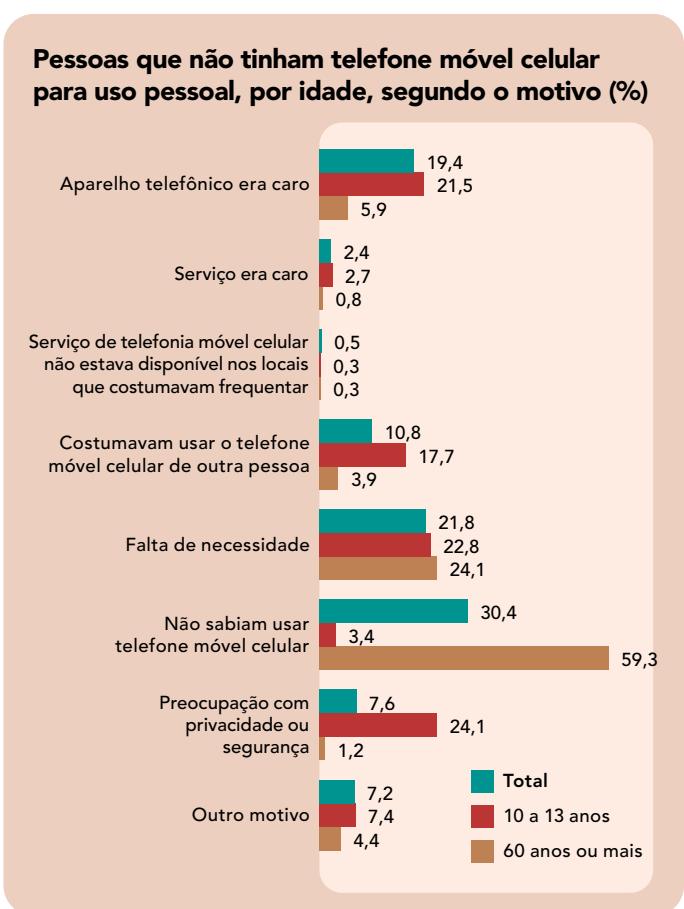
Entre 2022 e 2024, observa-se uma redução gradual do percentual de pessoas que indicaram o preço do aparelho como principal motivo para não ter celular, com quedas anuais de 1,4 p.p., em 2023, e 4,0 p.p., em 2024. A preocupação com privacidade ou segurança, por outro lado, apresentou aumento de participação no período, tendo sido apontada por 4,7% das pessoas, em 2022, elevando-se para 6,1%, em 2023, e em seguida para 7,6% no último ano.

Ao analisar por grupos etários, observa-se que entre os dois grupos que concentravam a maior parte das pessoas que não possuíam aparelho celular, os motivos alegados eram bastante distintos. Para as pessoas de 10 a 13 anos, além da alegação de falta de necessidade (22,8%) e de o aparelho telefônico ser caro (21,5%), que também estão entre os motivos mais elencados pelo conjunto da população pesquisada, destaca-se a preocupação com privacidade ou segurança (24,1%), que foi o motivo apontado com a maior frequência por esse grupo mais jovem. Além disso, outro importante motivo para as pessoas dessa faixa etária foi o fato de que costumavam usar o telefone móvel celular de outra pessoa (17,7%). Para esse grupo, os dois últimos motivos citados apresentaram peso bastante superior ao observado para o total da população de 10 anos ou mais. Entre as pessoas de 60 anos ou mais, por outro lado, chama a atenção que mais da metade das que não possuíam o aparelho alegavam não saber usar (59,3%), em seguida, a falta de necessidade foi apontada por 24,1% dos idosos.

Os três principais motivos para não possuir telefone móvel celular, apontados pelo total da população de 10 anos ou mais de idade, também foram os três mais indicados pelos não estudantes em 2024. Contudo, o motivo de não saber utilizar o aparelho (44,0%) teve peso bem maior nesse caso, seguido pela alegação de falta de necessidade (22,2%), ao passo que o motivo financeiro relativo ao aparelho apresentou um percentual menor (16,0%). A preocupação com privacidade ou segurança foi indicada por apenas 1,3% dos não estudantes.

Entre os estudantes, o motivo com maior percentual foi que o aparelho telefônico era caro (26,0%), seguido pela falta de necessidade (21,0%) e a preocupação com privacidade ou segurança (20,2%). Outro motivo frequente foi a alegação de que costumavam utilizar o telefone móvel celular de outra pessoa (18,2%). O motivo de não saber usar telefone móvel celular, por outro lado, foi apontado por apenas 3,3% dos estudantes (enquanto era o principal motivo dos não estudantes e do total da população).

Como a maior parte dos estudantes que não possuíam telefone móvel celular para uso pessoal era da rede pública de ensino (89,9%), os motivos alegados por estes se concentraram nos mesmos motivos observados para o total de estudantes: o valor do equipamento (27,7%), a falta de necessidade (20,3%), a preocupação com privacidade ou segurança (18,7%) e o uso do aparelho de outra pessoa (18,6%). Contudo, entre os estudantes da rede privada, o principal motivo era a preocupação com privacidade ou segurança (33,4%), seguida pela alegada falta de necessidade (26,7%), ao passo que parcela bem menor (10,6%) apontou como principal motivo o preço do equipamento. ■



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2024.

Expediente

Elaboração do texto
Diretoria de Pesquisas,
Coordenação de Pesquisas
por Amostra de Domicílios

Normalização textual
Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gerência de Sistematização de
Conteúdos Informacionais

Projeto gráfico

Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gerência de Editoração

Imagens fotográficas
Pixabay

Impressão
Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gráfica Digital

Se o assunto é Brasil,
procure o IBGE.



www.ibge.gov.br 0800 721 8181



Saiba mais sobre a
pesquisa.